

Economia Global e Gestão

Global Economics
and Management Review



Semestral • Nº 2 / 2001 • Dezembro • Preço: 5,99 €

Gestão de fundos de pensões

Gabriela Antunes e Manuel Alberto Ferreira

Sistemas
de informação contabilística
em ambiente de incerteza

J. Marques de Almeida

Dynamics of innovation

J. Cruz Filipe

Edição da
AEDG/ISCTE

EDITORIAL / EDITORIAL

PÁG. 4

ARTIGOS / ARTICLES**GABRIELA M. BRITES ANTUNES E MANUEL ALBERTO FERREIRA**

Gestão conjunta de activos e responsabilidades
em fundos de pensões

Joint management of assets and responsibilities in pension funds

PÁG. 9

JOSÉ JOAQUIM MARQUES DE ALMEIDA

A técnica dos Cenários: uma base para a fundamentação
dos sistemas de informação contabilística
em ambiente de incerteza

*The Scenario technique: a basis for the confirmation of accounting
information systems in an uncertain environment*

PÁG. 23

JOSÉ CRUZ FILIPE

A systems look at the dynamics of innovation

Uma perspectiva sistémica nas dinâmicas da inovação

PÁG. 37

JOSÉ LACERDA FONSECA

Planificação central democrática, ciência e economia pública,
na perspectiva da defesa dos consumidores

*Central democratic planning, public science and economy,
from the consumer defence perspective*

PÁG. 55

XU LUODAN

Comparative study on foreign direct investment in China:
the electronics and the textile and apparel industries

*Estudo comparativo do investimento directo externo na China:
as indústrias electrónica, têxtil e de confecções*

PÁG. 75

NELSON DOS SANTOS ANTÓNIO E VIRGÍNIA TRIGO

Macao e os Triângulos de Crescimento

Macao and the Growth Triangles

PÁG. 95

LUÍS FILIPE BARRETO

Macao, an inter-culture border in the Ming Period

Macao, uma fronteira inter-cultural no Período Ming

PÁG. 101

CRÓNICAS E ENSAIOS / ESSAYS AND REPORTS**JOSÉ FORJAZ**

Política científica e tecnológica em Moçambique

Scientific and technological policy in Mozambique

PÁG. 121

J. M. ROLO

Vicissitudes da cooperação europeia com os países
em desenvolvimento no domínio da investigação científica
e tecnológica

*The changing fortunes of European co-operation with developing
countries in the field of scientific and technological research*

PÁG. 129

ANTÓNIO ALVES CAETANO

Luz e sombras na vida de Lisboa em meados do século XIX:

a fundação da *Companhia Lisbonense de Iluminação a Gaz*
*Light and darkness in the life of mid 19th Century Lisbon:
the foundation of the Lisbon Gas Lighting Company*

PÁG. 139

REPUBLICAÇÃO / REPUBLICATION**PEDRO COSTA**

Cultura e competitividade territorial: o caso do cinema português

Culture and territorial competitiveness: the Portuguese film industry

PÁG. 167

RESUMOS / ABSTRACTS

PÁG. 187

ÍNDICES DE NÚMEROS ANTERIORES

PÁG. 192

Vicissitudes da cooperação europeia com os países em desenvolvimento no domínio da investigação científica e tecnológica*

J. M. ROLO

A investigação científica e tecnológica constitui, desde sempre, um instrumento crucial do desenvolvimento. Com efeito, as sociedades que basearam o seu desenvolvimento na investigação científica e tecnológica e no conhecimento, beneficiaram sempre de substanciais vantagens comparativas relativamente àquelas que não enveredaram por esse caminho e que, hoje, embora em graus diferentes, se debatem com problemas que constituem barreiras profundas ao seu desenvolvimento.

Muitos países em desenvolvimento conseguiram transformar a questão do conhecimento numa prioridade das suas políticas de desenvolvimento. Outros, atrasaram-se de tal modo neste domínio, que estão impossibilitados de resolver grande parte dos seus problemas internos e de enfrentar os desafios, cada vez mais complexos, da globalização. Muitos deles, os chamados países de rendimento intermédio, têm vindo a investir persistentemente na educação e na investigação científica e tecnológica, o que lhes tem permitido apoiar e ampliar as suas comunidades científicas; atrair o investimento directo estrangeiro; monitorizar as transferências de tecnologia e promover a inovação. Outros, onde as condições de vida em sociedade são, apesar dos problemas, suportáveis, esforçam-se, por vezes com o auxílio da comunidade internacional, por manter o que resta das suas comunidades científicas em actividade, o que lhes vai permitindo resolver alguns problemas específicos nos domínios da saúde, da agricultura, das pescas, etc., mas não os habilita a beneficiar das oportunidades do relacionamento internacional. Os mais pobres não dispõem, sequer, de condições que lhes permitam absorver com proveito os recursos da ajuda internacional. Estão, deste modo,

JOSÉ MANUEL ROLO

Doutor em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa. Presentemente é investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. É autor de numerosos artigos e de alguns livros sobre o Investimento Directo Estrangeiro, Transferência de Tecnologia e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

E-mail: jmrolo@ics.ul.pt

* Este artigo foi elaborado no âmbito de um projecto de investigação do ICS/UL, intitulado "A cooperação científica e Tecnológica Portuguesa com os Países em Vias de Desenvolvimento (...)". financiado pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias do Ministério da Ciência e Tecnologia.

reduzidos, no plano interno, às urgentes tarefas da luta pela sobrevivência e correm o sério risco de ficar marginalizados no mundo global.

Desde as suas origens, já lá vão mais de quarenta anos, a União Europeia sempre evidenciou alguma sensibilidade aos problemas da investigação científica e tecnológica dos países em desenvolvimento¹. Mas, foi sobretudo a partir do início dos anos 80 que a União Europeia começou a disponibilizar recursos destinados a apoiar a investigação científica e tecnológica nesses países. Uma boa parte desses recursos teve origem na política de desenvolvimento. A parte mais substancial e mais consistentemente gerida desses recursos foi, porém, canalizada através da componente «cooperação internacional» da política de investigação científica e tecnológica.

Neste artigo procuramos mostrar que, no contexto da política europeia de ajuda ao desenvolvimento, mau-grado o valor dos apoios concedidos e a importância de certas iniciativas, a cooperação científica e tecnológica não produziu os efeitos desejados.

A cooperação internacional com os países em desenvolvimento, promovida pela política europeia de investigação científica e tecnológica, produziu, porém, resultados muito positivos, que contribuíram para a resolução de numerosos problemas específicos desses países e impediram o isolamento das suas comunidades científicas.

No prolongamento de um interessante debate, iniciado em 1997, sobre o papel da investigação científica e tecnológica para o desenvolvimento, no presente momento, embora o discurso dos políticos assegure que é desta vez que a investigação vai ser um pilar da política de desenvolvimento, nem as prioridades desta política, recentemente redefinidas, nem a afectação dos recursos financeiros à prossecução dessas prioridades são de molde a justificar o referido discurso político.

A cooperação internacional que tem estado associada à política europeia de investigação, precisamente a que deu melhores resultados no passado, paradoxalmente está em risco de perder a sua especificidade. Com efeito, a nova política europeia de investigação, patente na *European Research Area*, também não considera, expressamente, a cooperação internacional uma prioridade; embora, também aqui, os políticos e os altos funcionários comunitários não se cansem de apregoar o contrário.

Tanto num caso como no outro, o que está prevalecendo é a ideia do “mainstreaming” da cooperação internacional em investigação científica e tecnológica que, na prática, equivale à diluição desta nas actividades específicas dos correspondentes programas, o que no passado se revelou ser uma estratégia errada e sem resultados significativos.

Não está afastada a hipótese do lançamento de uma iniciativa conjunta das políticas de desenvolvimento e de investigação europeias nos domínios da cooperação em ciência e tecnologia com os países em desenvolvimento. É uma hipótese até agora sem conteúdo, cuja concretização se advinha muito difícil.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A Conferência de Leiden sobre *Research Partnerships for Sustainable Development*, constituiu o ponto de partida de um intenso debate sobre o papel da investigação nas políticas de desenvolvimento².

Na sua sequência, a Comissão Europeia elaborou uma comunicação ao Conselho e ao Parlamento, intitulada *Scientific and Technological Research – A Strategic Part of the European Union's Development Cooperation With Developing Countries*, que incluía um diagnóstico sobre o papel da investigação na política europeia de ajuda ao desenvolvimento³. Nesta comunicação confirmou-se não haver informação sistemática sobre o valor da ajuda ao desenvolvimento investido em projectos de investigação científica e tecnológica para o desenvolvimento, nem sobre o número destes projectos. Os dados disponíveis mais fiáveis continuaram, portanto, a ser os de um estudo realizado pela Comissão que, ao analisar os projectos do 6º e 7º FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento – o principal instrumento financeiro da política europeia de ajuda pública ao desenvolvimento), identificou 166 projectos, no valor de 166 MECU, que, em maior ou menor medida, apoiavam actividades de investigação científica e tecnológica para o desenvolvimento⁴. Destes 166 projectos, 57 eram projectos regionais e 109 eram projectos nacionais. A sua distribuição pelos diversos sectores, era a seguinte:

Tipos de Projectos	Agricultura	Pecuária	Florestas	Ambiente e Recursos Naturais	Pescas	Outros	Totais
Regionais	21	10	5	7	8	6	57
Nacionais	63	9	11	9	4	13	109

As principais características destes projectos podem resumir-se deste modo:

- 50% dos projectos regionais eram, efectivamente, projectos de investigação científica e tecnológica para o desenvolvimento;
- 90% dos projectos de ajuda pública ao desenvolvimento incluíam actividades próximas da investigação científica e tecnológica para o desenvolvimento;
- 80% dos projectos propunham-se encontrar soluções para resolver problemas imediatos;
- a grande maioria dos projectos dependia de capacidades científicas externas.

Embora a informação se refira apenas aos 6º e 7º FED, a Comissão garante dispondo de indícios que confirmam que também nos FED anteriores e no 8º a situação de investigação para o desenvolvimento era em tudo idêntica à observada nos 6º e 7º FED.

Do exposto é legítimo concluir que os recursos da política europeia de ajuda ao

desenvolvimento não foram investidos directamente na investigação para o desenvolvimento, o que equivale a dizer que o seu impacto na chamada “research capacity building” foi reduzido⁵. O que se verificou foi um apoio indirecto a numerosas actividades avulsas, mais aparentadas com a assistência técnica e as transferências de tecnologia do que com a investigação para o desenvolvimento. Excepção feita aos apoios concedidos a algumas iniciativas e projectos regionais de qualidade, sobretudo no domínio da agricultura, as sucessivas Convenções que regularam as relações entre a União Europeia e os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) revelaram, assim, uma incompreensível insensibilidade ao papel do conhecimento nos processos do desenvolvimento sustentável.

Em 1999 teve lugar a primeira reunião do *Informal Group of Experts on RTD*, um grupo de trabalho criado para dar continuidade aos debates da Conferência de Leiden. Este grupo de trabalho tem desenvolvido uma extensa reflexão sobre a problemática da investigação para o desenvolvimento que culminou, recentemente, na realização (em Janeiro de 2001) do Encontro de Legon (Ghana) sobre *Science and Technology for Development in ACP Countries* e inspirou a realização (em Outubro de 2001) do Seminário de Maastricht sobre *Demanding Innovation: Articulating Policies for Demand-Led Research Capacity Building*.

Em Legon, a par da reafirmação da importância da investigação científica e tecnológica, enquanto factor estratégico do desenvolvimento sustentável, foram feitas numerosas recomendações que sublinharam a necessidade de promover um amplo diálogo na preparação das políticas de investigação para o desenvolvimento; de ajudar os países em desenvolvimento a formular as suas próprias agendas nacionais; a promover a realização de estudos e a definir as prioridades nacionais; de encontrar apoios internacionais, nomeadamente europeus, para apoiar as comunidades científicas locais a organizar os seus próprios sistemas de produção, disseminação e intercâmbio de informação científica⁶.

Em Maastricht, o debate centrou-se em torno do conceito de “demand-led research capacity building”, um conceito que reclama da cooperação internacional apoios destinados a identificar os “political champions” que estão em posição de apoiar as comunidades científicas locais; a desenvolver redes de investigadores locais; a elaborar estudos-diagnóstico sobre investigação para o desenvolvimento; e a estabelecer observatórios sobre investigação para o desenvolvimento⁷.

No presente momento, celebrado que está o novo acordo (de Cotonou) entre a União Europeia e os países ACP, vários altos responsáveis da Comissão Europeia, aparentemente influenciados pelos resultados do já longo e profícuo debate sobre a importância da investigação para o desenvolvimento, não se têm poupado a esforços para assegurar que a investigação científica e tecnológica para o desenvolvimento é uma prioridade da política de desenvolvimento. Contudo, quando consultamos a lista

das prioridades da nova política europeia de desenvolvimento, o que encontramos, aliás em último lugar, é uma prioridade relacionada com “Institutional capacity-building, good governance and the rule of law”, que não faz qualquer referência à “capacity building” no domínio da investigação científica e tecnológica para o desenvolvimento⁸. Como que a confirmar a discrepância entre as declarações de intenção dos políticos e as políticas propriamente ditas, uma versão de Outubro do 9º FED (o principal instrumento financeiro dos acordos de Cotonou que sucederam às Convenções de Lomé) não dispunha de nenhuma linha de financiamento, nem de qualquer rubrica especificamente destinada a apoiar a investigação científica e tecnológica para o desenvolvimento. A ser assim, a investigação para o desenvolvimento na perspectiva (sustentável) da “research capacity building” estaria a ser ignorada pela nova política de desenvolvimento.

COOPERAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

A principal contribuição da União Europeia para a investigação para o desenvolvimento tem sido originada, como foi referido acima, pela componente “cooperação internacional” dos Programas-Quadro de Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração, cujos principais indicadores são, desde 1984, os seguintes⁹:

	1º P-Q STD 1 1984-1987	2º P-Q STD 2 1988-1991	3º P-Q STD 3 1992-1995	4º P-Q INCO-DEV 1995-1998	5º P-Q INCO-2 1999-2002
Valores	62 a)	85 a)	125 a)	231 a)	254 b)
Propostas	1940	2527	2030	3380	1604 c)
Contratos	411	339	297	336	385 c)

a) MECU; b) MEURO - inclui INCOMED+INCODEV; c) candidaturas de 1999 e 2000

Os STD (Science and Technology for Development) representam a primeira geração de programas de cooperação internacional no domínio da investigação para o desenvolvimento, especificamente desenhados para apoiar as comunidades científicas orientadas para o desenvolvimento numa base conceptual que privilegiava o parceariado e a qualidade científica dos projectos em domínios científicos que correspondessem às necessidades dos países em desenvolvimento. Tinham por objectivo consolidar capacidades científicas europeias nesses domínios; apoiar a manutenção de capacidades equivalentes no Sul; apostar em ligações duráveis entre os agentes detentores dessas capacidades; financiar projectos conjuntos em áreas temáticas bem determinadas; apoiar a formação de investigadores associados a esses projectos.

Os STD inauguraram os dispositivos administrativos que, aliás, vieram a transformar-se numa complexa burocracia da abertura de candidaturas. As propostas, elabo-

radas por redes, eram apresentadas e depois apreciadas pela Comissão e por avaliadores independentes. Instituíram a avaliação quadrienal dos programas, cujos ensinamentos eram utilizados no aperfeiçoamento dos programas seguintes. Apoiaram projectos nos domínios da agricultura e da saúde maioritariamente em África, em menor medida na América Latina e na Ásia, e residualmente no Mediterrâneo. São-lhes atribuídos alguns sucessos na criação de redes de investigadores europeus e do Sul; no enriquecimento do potencial científico dos Estados-membros; na produção de resultados aplicáveis e aplicados¹⁰.

O programa INCO-DC representou um salto em frente em matéria de cooperação em investigação para o desenvolvimento, que se caracterizou, desde logo, pela quase duplicação do respectivo orçamento; pela importância concedida à difusão/valorização dos resultados da investigação; pelo alargamento dos domínios de investigação que passaram a incluir, além da agricultura e da saúde, a gestão dos recursos naturais e as tecnologias (info-comunicação, biotecnologias, novos materiais e energias limpas)¹¹. Na linha dos resultados das avaliações dos STD, as avaliações do INCO-DC foram largamente favoráveis, sobretudo no que respeita à relevância dos temas escolhidos e à extensão da mobilização das equipas de investigadores, tanto da União Europeia como dos parceiros do Sul. Com efeito, nos domínios beneficiários dos apoios do INCO-DC (agricultura, saúde, tecnologias), numerosos cientistas europeus puderam aprofundar ou tomar contacto com as realidades dos países do Sul alargando, assim, a sua experiência e o seu conhecimento. E grande número de cientistas do Sul solidificou ou criou novos contactos com as comunidades científicas internacionais, o que contribuiu para uma melhor compreensão e resolução de alguns problemas do mundo em desenvolvimento.

Mas, também foram identificadas diversas insuficiências. A primeira, e talvez a principal, terá sido a ausência de uma estratégia enquadradora das actividades do programa. Como resultado, na União Europeia, verificou-se uma reduzida sinergia entre cooperação científica e os projectos de desenvolvimento e, nos países em desenvolvimento, o programa defrontou grandes dificuldades no envolvimento dos políticos locais na formulação dos objectivos, prioridades, selecção, acompanhamento e avaliação dos projectos. Outras insuficiências detectadas foram as assimetrias das redes de instituições participantes que, demasiado frequentemente, subalternizaram as instituições do Sul; a ausência do sector privado do Sul; a insuficiência na disseminação dos resultados; e a inexistência de apoios à mobilidade, que tinha sido muito positiva no âmbito da ISC.

Quando o 5º Programa-Quadro começou a ser preparado, os aspectos positivos e negativos do INCO-DC foram objecto de um amplo debate desencadeado, aliás como foi dito acima, pela comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento intitulada *Scientific and Technological Research...* Das várias sensibilidades em confron-

ro, prevaleceu a influência dos que entendiam que era preciso dar novo fôlego à cooperação científica não só com os países em desenvolvimento, mas também com os países do Mediterrâneo e do Leste europeu, e à mobilidade dos cientistas desses países. Daqui resultou o INCO-2, um dos três programas horizontais do 5º Programa-Quadro, dotado de um orçamento indicativo de 475 MEURO (503,3 MEURO depois das contribuições dos países candidatos à adesão) que, até agora, foi o mais vasto e compreensivo programa específico da cooperação científica criado pela União Europeia¹².

O INCO-2 propôs-se apoiar uma grande variedade de actividades, distribuídas por três grandes grupos: cooperação com países terceiros (397,6 MEURO); formação de investigadores (8,2 MEURO); e coordenação (97,4 MEURO).

A cooperação com países terceiros distribuíra-se assim:

- países em fase de pré-adesão: 27,3 MEURO para apoio a centros de excelência e a medidas de acompanhamento (conferências, seminários, etc., e sensibilização e formação);
- novos estados independentes (da antiga URSS) e países da Europa central e do leste que não estejam em fase de pré-adesão: 111,7 MEURO para apoio a apresentação de projectos e a medidas de acompanhamento;
- parceiros mediterrânicos (INCO-MED): 52,3 MEURO para apoio à apresentação de projectos e a medidas de acompanhamento;
- países em desenvolvimento (INCO-DEV): 201,5 MEURO, para apoio à apresentação de projectos e medidas de acompanhamento;
- economias emergentes e países industrializados: 4,8 MEURO para apoio a medidas de acompanhamento.

A formação de investigadores previa:

- bolsas para investigadores dos países em desenvolvimento no valor de 1,5 MEURO;
- bolsas para o Japão, no valor de 6,7 MEURO.

A verba da coordenação (97,4 MEURO) destinava-se a apoiar o secretariado do programa COST, o programa EUREKA, a coordenação com os estados-membros e a pagar o pessoal e a administração.

Faltando ainda consumir as candidaturas relativas a 2002, o INCO-2 já demonstrou ser um programa dotado de uma consistência assinalável, talvez demasiado ambicioso nas numerosas metas que se propunha alcançar e para a realização das quais não dispunha de recursos suficientes. Este problema foi particularmente sentido no INCO-DEV, onde os recursos disponíveis (201,5 MEURO), sendo inferiores aos do INCO-DC do 4º Programa-Quadro, tiveram que ser distribuídos por um muito maior número de actividades, que incluíam a identificação de opções políticas em matéria de investigação para o desenvolvimento, para responder à satisfação das necessidades básicas e ao uso dos recursos naturais renováveis; sistemas aperfeiçoados de uti-

lização de recursos naturais renováveis em zonas rurais e urbanas; sistemas aperfeiçoados de saúde; instrumentos competitivos para os sectores da saúde, produção agrícola e agro-industrial e gestão da água; aprofundamento do diálogo entre a União Europeia e os países em desenvolvimento; apoio ao partenariado entre cientistas e investigadores europeus e do Sul; fortalecimento das estruturas de investigação europeias e do Sul, incluindo formação e desenvolvimento institucional¹³.

O INCO-2 foi objecto de duas avaliações¹⁴. Ambas realçaram a importância estratégica do programa, a relevância das suas actividades de investigação em domínios que são de importância vital para os países em desenvolvimento, e a qualidade dos projectos aprovados. Foi igualmente realçado o seu impacto tanto nas comunidades científicas do Sul, como em largas franjas das comunidades científicas europeias.

Por estas razões, ambas as avaliações recomendaram a continuidade do INCO no âmbito do 6º Programa-Quadro.

Alheando-se do reconhecido bom funcionamento do INCO-2, que em muitos deles é considerado uma experiência de sucesso, dos resultados e recomendações das avaliações e da posição do Comité do programa que se manifestou várias vezes, unanimemente, a favor da continuidade do INCO no 6º Programa-Quadro, inesperadamente, nos sucessivos documentos preparatórios da «European Research Area», a Comissão propôs-se proceder ao «mainstreaming» da cooperação internacional nos programas sectoriais que vierem a integrar o 6º Programa-Quadro (o que equivale a uma diluição da cooperação internacional nesses programas sectoriais que, como a experiência demonstra, têm sido caracterizados por uma fraca participação de países terceiros). No caso concreto do INCO-DEV, a Comissão pretende substituí-lo por um conjunto de actividades específicas de apoio à política europeia de (ajuda ao) desenvolvimento¹⁵.

É para que a sua estratégia não pudesse ser contrariada, a Comissão procedeu a uma reorganização radical de DG Research que, do modo como foi feita, não só afectou o funcionamento do INCO-2 como, na prática, prejudicou, em definitivo, a continuidade do INCO. Tal como os responsáveis da política europeia de desenvolvimento, os responsáveis da política europeia da investigação declararam conceder uma elevada prioridade à cooperação internacional em investigação e, na prática, não actuam em conformidade.

BREVE CONCLUSÃO

Tudo somado, num momento histórico em que a complexidade, a escala e a urgência dos desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento, exigem soluções que fazem apelo a um esforço acrescido em matéria de investigação científica e tecnológica, a União Europeia, embora proclamando a sua intenção de participar activa e substancialmente nesse esforço, não produz políticas efectivas que garantam a concretiza-

ção dessas intenções.

Na política de desenvolvimento, a prioridade concedida à investigação para o desenvolvimento além de não ser bem determinada, não tem correspondência específica no 9º FED.

Na política de investigação, a cooperação internacional em ciência e tecnologia, salvo no que respeita à mobilidade de cientistas e investigadores, é uma prioridade teórica sem significado orçamental, cuja concretização fica na inteira dependência das actividades dos programas sectoriais, correndo, por isso, sério risco de não produzir resultados substantivos.

As numerosas reacções a esta duplamente inconsistente estratégia da Comissão, levou o Comissário Busquin a apelar ao desenvolvimento de um processo de diálogo, cujo objectivo seria identificar, preparar e lançar as bases de uma *Iniciativa EURO-ACP sobre o Conhecimento Orientado para o Desenvolvimento Sustentado e Equitativo* a apresentar à «Cimeira de Johannesburgo Rio + 10» de Outubro de 2002.

Mas, este processo, além de só ter em conta os países ACP, pressupõe níveis de cooperação inter-institucional, nomeadamente entre a política de desenvolvimento e a política de investigação, cuja concretização se adivinha difícil.

Mas, sobretudo, esta concepção é completamente errada porque não entende que a política de desenvolvimento é uma política de ajuda pública ao desenvolvimento; enquanto a cooperação internacional, praticada no quadro da política de investigação, é uma política de cooperação económica de interesse mútuo. Tentar misturar estas duas concepções do papel da investigação nos processos de desenvolvimento seria o mesmo que tentar "misturar alhos com bugalhos".

NOTAS

1. A este propósito veja-se, Gaillard, Krishna, Waast (ed.) *Scientific Communities in Developing World*, Sage Publications, 1997.

2. A Conferência de Leiden, sobre *Research Partnerships for Sustainable Development*, foi uma organização da presidência holandesa que decorreu entre 11 e 13 de Março de 1997.

3. Esta comunicação (COM(97)174 final, 25-4-97) teve um papel determinante na configuração do INCO-2, o programa que corporizou a componente "cooperação internacional" do 5º Programa-Quadro de Acções da Comunidade Europeia em Matéria de Investigação, de Desenvolvimento Tecnológico e de Demonstração que constitui, até agora, o mais importante instrumento da política científica europeia em matéria de apoio à investigação para o desenvolvimento (cf. <http://www.cordis.lu/inco/home.html>).

4. Não se dispõe de informação sobre a participação de entidades portuguesas nestes projectos.

5. Sobre este tema, veja-se «Research Capacity Building in the European Community Policy», uma comunicação de F. Granell, apresentada ao Seminário *Demanding Innovation: Articulating Policies for Demand-Led Research Capacity Building*, ECDPM/MFA-DGIS, Maastricht, 10-10-01.

6. *Legon Statement on Science and Technology for Development in ACP Countries*, ACP-EU Policy Workshop on RTD, University of Ghana, Legon, 31-1-01.

7. *Demanding Innovation (...)*, ver nota 5.

8. Veja-se, *The European Community's Development Policy*, COM (2000) 212 final, 26-4-00.

9. Fonte: COM (97) 174 final, 25-4-97; valores adaptados e actualizados.

10. Até 1994 estes programas foram complementados, fora dos Programas-Quadro no caso dos países "não-ACP", pela International Scientific Cooperation Initiative (ISC), que dispunha de uma perspectiva mais individualizada e cobria temas não directamente relacionados com o desenvolvimento (geopolítica, diplomacia), segundo uma fórmula a que se convencionou chamar cooperação científica "não finalizada". O programa Avicenne para o Mediterrâneo era inspirado por uma filosofia semelhante à ISC.

11. Ao programa INCO-DC, foram apresentadas 3.380 candidaturas.

No quadro do projecto do ICS/UL intitulado *A Cooperação Científica e Tecnológica Portuguesa com os Países em Vias de Desenvolvimento (...)*, financiado pelo OCT/MCT, foi construída uma base de dados que contém o essencial da informação relativa a estes 3.380 projectos e que pode ser consultada em <http://www.ics.ul.pt/incodc/search.asp>. Esta base de dados tem servido de "fonte de inspiração" a numerosos cientistas e investigadores portugueses e estrangeiros interessados em desenhar projectos, estabelecer contactos, preparar candidaturas a programas congéneres, etc.

Numerosas instituições portuguesas estiveram presentes em 286 dos referidos 3.380 projectos.

12. Cf. "site" referido na nota 3) supra.

13. As instituições portuguesas participaram em 119 dos 1651 projectos apresentados às candidaturas de 1999 e 2000 e a uma parcela da candidatura de 2001.

Em 420 projectos aprovados no valor de cerca de 212 MEURO, 31 no valor de 2,6 MEURO, contavam com a participação de instituições portuguesas.

A taxa de sucesso dos projectos com participação portuguesa foi, até agora, superior à média do programa INCO-2.

14. *Five Year Assessment Report Related to the Specific Programme: Confirming the International Role of Community (1995-1999)*, May 2000.

2000 External Monitoring Report on the Specific Programme for Research and Technological Development in the Field of Confirming the International Role of Community Research, Junho 2001.

15. Ver, entre outras, *The International Dimension of the European Research Area*, COM (2001) 346 final, 25/6/01.